

## **EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**

Plano de Prevenção de Riscos  
de Corrupção e Infrações Conexas

Relatório de execução – Ano 2018  
(elaborado em Julho de 2019)

Relatório de execução do Plano de Prevenção de  
Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

**Índice**

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>Resposta da EEM</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>Metodologia adotada na avaliação dos riscos</b>	<b>7</b>
<b>4</b>	<b>Medidas implementadas</b>	<b>9</b>
<b>5</b>	<b>Medidas a implementar</b>	<b>14</b>
<b>6</b>	<b>Coordenação e aprovação do relatório de execução</b>	<b>16</b>
<b>7</b>	<b>Conclusões</b>	<b>17</b>

## 1 Introdução

No seguimento dos vários instrumentos jurídicos internacionais que têm sido publicados, foi criado, em 2008, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) através da Lei nº 54/2008, de 4 de Setembro, enquanto Entidade Administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas, com o objetivo de desenvolver uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

No âmbito da sua atividade o CPC emitiu várias recomendações ao longo dos últimos anos, tendo como destinatários os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, ou valores públicos, que independentemente da sua natureza, devem elaborar “Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” (Plano), bem como efetuar a monitorização anual da execução do mesmo.

Em resumo as recomendações que foram objeto de análise da Empresa são:

1. A Recomendação de 1 de Julho de 2009, sobre a elaboração do referido Plano define que:
  - 1.1. Sejam identificados, relativamente a cada área ou departamento, os riscos de corrupção e infrações conexas;
  - 1.2. Com base na identificação dos riscos, sejam indicadas as medidas adotadas que previnam a sua ocorrência;
  - 1.3. Se proceda à definição e identificação dos responsáveis envolvidos na gestão do Plano;
  - 1.4. Seja elaborado um relatório anual sobre a execução do Plano.
2. A Recomendação de 7 de Abril de 2010 aconselha a publicação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas no sítio da respetiva entidade na Internet;
3. A Recomendação de 7 de Novembro de 2012 aconselha uma análise dos mecanismos de acompanhamento relativamente à gestão de conflitos de interesses, a incluir nos relatórios de execução do Plano.
4. A Recomendação de 7 de Janeiro de 2015, na qual o CPC define que as entidades que celebrem contratos públicos devem:
  - 4.1. Reforçar a atuação da identificação, prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos, quanto à sua formação e execução devendo, em especial, fundamentar-se sempre a escolha do adjudicatário;

## Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

- 4.2. Incentivar a existência de recursos humanos com formação adequada para a elaboração e aplicação das peças procedimentais respetivas, em especial, do programa do concurso e do caderno de encargos;
  - 4.3. Garantir a transparência nos procedimentos de contratação pública, nomeadamente através da publicidade em plataformas eletrónicas, nos termos legais;
  - 4.4. Assegurar o funcionamento dos mecanismos de controlo de eventuais conflitos de interesse na contratação pública;
  - 4.5. Reduzir o recurso ao ajuste direto, devendo quando observado, ser objeto de especial fundamentação e ser fomentada a concorrência através da consulta a mais de um concorrente; e
  - 4.6. Solicitar aos órgãos de fiscalização, controlo e inspeção do Setor Público nas suas ações, especial atenção às matérias acima.
5. A Recomendação de 01 de Julho de 2015, que é no sentido de que estes Planos identiquem os riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção e bem assim, os riscos relativos às funções, ações e procedimentos realizados por todas as unidades orgânicas, gabinetes e cargos de direção de topo, mesmo quando decorram de processos eletivos.

## 2 Resposta da EEM

A EEM elaborou e apresentou o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (ou “Plano”), com referência a Novembro de 2013, o qual foi objeto de revisão no ano de 2018.

No presente documento apresenta-se o relatório anual de execução desse Plano, no qual se inclui o resumo do trabalho desenvolvido pela Empresa, nomeadamente no que respeita à avaliação do estado de implementação das medidas e mecanismos adotados para mitigar os riscos de corrupção e infrações conexas, bem como a identificação de algumas das medidas a serem implementadas nos próximos anos.

De referir que nos últimos anos, devido à crescente preocupação associada à corrupção e infrações conexas, a EEM tem desenvolvido mecanismos internos com o objetivo de reduzir o risco de exposição da Empresa e dos seus colaboradores a este tipo de situações.

Em suma, as principais medidas implementadas pela EEM, resumem-se nas seguintes:

- Continuação do trabalho de análise e implementação de medidas que contribuam para o desenvolvimento do Departamento de Compras, incluindo a evolução de sistemas de informação associados, que permitam mitigar os riscos associados ao processo de compras;
- Envolvimento da Direção de Trabalho e Serviços Jurídicos nos processos de contratação, nomeadamente, no que respeita ao cumprimento dos requisitos legais e jurídicos aplicáveis no âmbito dos contratos ao abrigo do CCP;
- Revisão dos procedimentos internos de compras ao abrigo da revisão do Código de Contratação Pública por força do Decreto-Lei n.º 111 – B/2017, de 31 de agosto em vigor desde 1 de janeiro de 2018;
- Início dos trabalhos, na ilha de Porto Santo, de substituição dos contadores analógicos por contadores inteligentes no âmbito do desenvolvimento do projecto *Smart Fossil Free Island*;
- Desenvolvimento ao nível dos sistemas de informação de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados que entrou em vigor a 25 de Maio de 2018;
- Continuação do investimento em segurança perimetral e do posto de trabalho ao nível dos sistemas de informação;
- Implementação do Projeto “Folha Única” ao nível da recolha e aprovação de informação associada à atividade dos colaboradores em serviço;

## Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

- Revisão dos riscos e controlos identificados no que respeita aos processos considerados como sendo mais relevantes ao nível dos riscos de corrupção e infrações conexas incluindo a análise do diagnóstico do modelo de controlo interno e dos controlos ao nível dos sistemas de informação;
- Aprovação da implementação da área de Auditoria Interna na estrutura da Empresa.

### 3 Metodologia adotada na avaliação dos riscos

De acordo com as recomendações do CPC e de forma a assegurar uma avaliação contínua e aderente ao seu Plano de Prevenção de Riscos e de Corrupção Conexa, a EEM classifica os riscos tendo em conta a escala de risco, quer de impacto previsível, quer de probabilidade de ocorrência.

Após identificados e caracterizados, por unidade orgânica, os potenciais riscos de corrupção e de infrações conexas, foram classificados segundo uma escala de risco quanto ao impacto previsível (Alto, Médio e Baixo) e em função da probabilidade de ocorrência (Alta, Média ou Baixa).

Estas duas variáveis, probabilidade de ocorrência e impacto estimado das infrações, são determinadas conforme a aferição que é feita de cada facto.

Do cruzamento destas variáveis, o grau do risco é considerado elevado, moderado ou fraco, de acordo com uma ponderação feita entre a probabilidade de ocorrência e o impacto previsível, determinando as três classes de risco de acordo com o seguinte quadro:

Grau de Risco		Probabilidade de ocorrência		
		Baixa	Média	Alta
Impacto previsível	Alto	Moderado	Elevado	Elevado
	Médio	Fraco	Moderado	Elevado
	Baixo	Fraco	Fraco	Moderado

#### Probabilidade de ocorrência

**Alta:** O risco decorre de processos correntes e frequentes na Empresa;

**Média:** O risco está associado a procedimentos esporádicos, que se admite venham a ocorrer ao longo do ano;

**Baixa:** O risco decorre de processos que apenas ocorrerão em circunstâncias excepcionais.

#### Impacto previsível

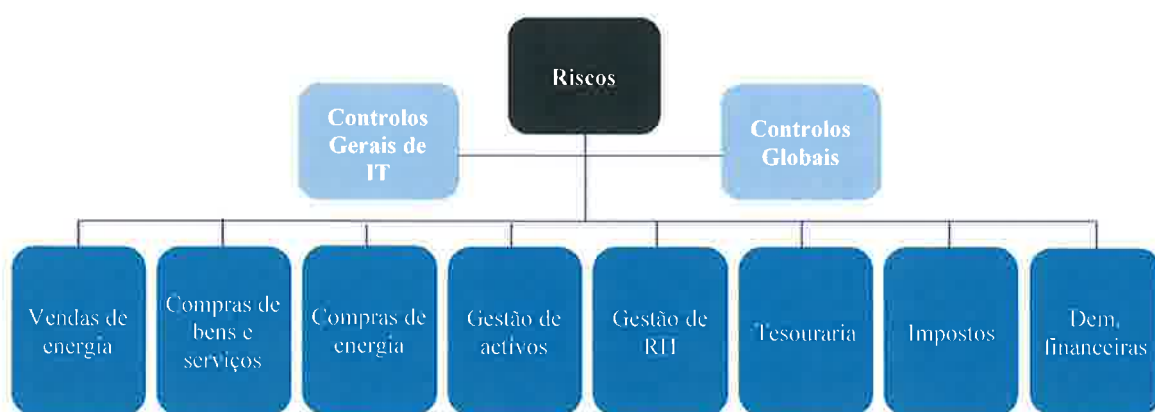
**Alto:** Da situação de risco identificada podem decorrer prejuízos financeiros significativos para a Empresa e a violação grave dos princípios associados ao interesse público, lesando a credibilidade da EEM e do próprio acionista único.

## Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

**Médio:** A situação de risco pode comportar prejuízos financeiros para a EEM e perturbar o seu normal funcionamento;

**Baixo:** A situação de risco em causa não tem potencial para provocar prejuízos financeiros à Empresa, não sendo as infrações suscetíveis de ser praticadas, causadoras de danos relevantes na imagem e na operacionalidade da EEM.

As unidades orgânicas da EEM cujos processos são objeto de avaliação constante relativamente à probabilidade de ocorrência de riscos de corrupção ou de infrações conexas são:



De referir que os riscos de corrupção e infrações conexas tem um potencial de grandeza distinto em cada um destes processos, estando o foco da EEM direccionado para o processo de Compras de Bens e Serviços, pela sua associação direta aos procedimentos legais previstos no Código da Contratação Pública.



## 4 Medidas implementadas

A EEM tem vindo a implementar medidas de modernização e de reforço dos processos e controlos associados e/ou com maior impacto nos riscos de corrupção e infração conexa, sendo que desde o último Plano, a EEM efetuou medidas das quais resultaram ações imediatas e ações a implementar. Desta forma as principais medidas implementadas são apresentadas de seguida.

Na sequência das crescentes preocupações e da complexidade das transações, bem como da globalização dos mercados que se têm presenciado nos últimos anos, a EEM tem efetuado uma aposta significativa no desenvolvimento do seu Departamento de Compras bem como no desenvolvimento de mecanismos internos que auxiliam os colaboradores no seu dia-a-dia e que na sua essência permitem uma redução de risco de corrupção a um nível significativamente baixo. No decorrer do ano de 2018 foram implementadas as seguintes medidas:

Riscos identificados	Medida implementada	Expetativas da Gestão
R1.2.1 - Inexistência ou inadequados procedimentos de controlo interno para a aquisição de bens e serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento de todos os contratos celebrados em vigor na EEM e associação dos mesmos a uma ou várias Ordens de Compra, garantindo assim a respetiva monitorização em sistema;</li> <li>- Revisão dos contratos celebrados de forma transversal às várias divisões da Empresa por forma a melhorar o processo de contratação;</li> <li>- Implementação de um procedimento de certificação de materiais;</li> <li>- Continuação da expansão da implementação do módulo SAP PM (<i>Plant Maintenance</i> - Gestão de Manutenção) a novas áreas da empresa (implementação já finalizada para os Postos de Transformação) através do qual todas as ordens de trabalho passam a estar registadas em sistema, permitindo uma integração com o módulo de compras e sendo possível a qualquer</li> </ul>	<p>Maior controlo no processo de aquisição de bens e serviços. Ganhos efetivos na realização de contratos com fornecedores.</p> <p>Criação de rotinas de aquisição de material de manutenção pela parte da EEM.</p> <p>Aplicação do módulo SAP PM de forma transversal na Empresa no médio prazo, permitindo uma utilização mais eficiente dos recursos e um controlo mais efetivo. No futuro, esta evolução permitirá a implementação do SAP EAM (<i>Enterprise Asset Management</i>), módulo para o qual se encontram a ser criadas as bases para utilização futura.</p>
R1.2.2 – Inadequada ou inexistente gestão de inventários		
R1.2.5 - Inexistência de cobertura/previsão no orçamento para a aquisição de bens ou prestação de serviços		
R1.2.8 - Favorecimento ilícito de fornecedores para obtenção de benefícios		

## Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

R.1.2.11 – Inexistência de pedido de compra ou pedido de compra efetuado no momento da receção do bem ou da prestação do serviço	momento consultar o estado das mesmas bem como os materiais e a mão-de-obra utilizada. Em 2018 foi finalizada a integração da área da distribuição (DSD) neste módulo, a qual passará para produtivo em 2019.	
--	---	--

Com referência a 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto através do qual são apresentadas as últimas alterações ao Código dos Contratos Públicos (CCP). Em resultado desta publicação, e de forma a reduzir a possibilidade de incumprimento desse código, foi promovida pela Empresa através da Direção de Trabalho e Serviços Jurídicos da EEM, com o apoio de consultadoria externa o enquadramento da EEM enquanto entidade de sector especial ao abrigo do CCP no âmbito da última revisão legislativa, tendo sido elaborado um guia prático para a contratação pública da EEM. Apesar do impacto reduzido das alterações verificadas, foi ainda promovida uma ação de formação destinada aos colaboradores desta Empresa relativamente a este tema.

Noutra esfera, a colocação dos contadores inteligentes, bem como a implementação da tecnologia associada no Porto Santo por parte da Direção de Serviços de Transporte e Distribuição (DSTD) e do Serviço de Inspeção e Aparelhos de Medição (SIAM) trará um impacto direto em alguns riscos identificados ao nível da faturação de energia:

Riscos identificados	Medida implementada	Expetativas da Gestão
R1.3.2 - Leituras efetuadas / comunicadas incorretamente	Do conjunto de medidas que se encontram em fase de implementação, no âmbito do Projeto <i>'Smart Fossil Free Island'</i> no Porto Santo, está incluída a substituição de contadores convencionais por contadores inteligentes os quais permitirão a leitura dos consumos no período de faturação. Esta componente do projeto iniciou-se em 2018, tendo a instalação dos contadores começado em janeiro de 2019, encontrando-	Gestão mais eficiente da rede com a redução de perdas globais, bem como uma leitura mais fiável dos contadores. Prevê-se que este projeto a ter sucesso se estenda à ilha da Madeira, com a substituição de forma gradual de contadores convencionais por contadores inteligentes ao longo dos próximos anos, permitindo mitigar os riscos identificados.
R1.3.5 - Utilização de critérios para realização de estimativas de consumo não razoáveis		
R1.3.6 - Incorreta contabilização e / ou faturação dos acertos de		

## Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

estimativas após as leituras	se atualmente na sua fase final. Esta inovação reduzirá/eliminará: 1) a necessidade de recorrer a estimativas de leituras; 2) redução de leituras incorretamente comunicadas; 3) incorreta faturação / acertos após o fecho dos períodos de faturação.	
R1.3.8 - Emissão de notas de crédito, realização de estornos de faturação ou outros movimentos manuais nas rubricas de clientes não autorizados ou sem justificação apropriada		

De forma a cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), Regulamento da EU nº 2016/679 de 27 de abril, a Divisão de Sistemas de Informação (DSI), iniciou a implementação de um conjunto de medidas que permitem mitigar os riscos abaixo identificados:

Riscos identificados	Medida implementada	Expetativas da Gestão
R1.6.1 - Acessos lógicos disponibilizados a pessoas não autorizadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação de colaboradores nas lojas e contact center com o apoio do Centro de Formação em Proteção de Dados (CFPD);</li> <li>- Revisão do modelo dos contratos bem como de toda a documentação requerida ao cliente;</li> <li>- Levantamento dos dados pessoais dos clientes e colaboradores e pedido de consentimento no processamento de dados em linha com RGPD;</li> <li>- Revisão dos respetivos contratos ativos celebrados com fornecedores e identificação dos que carecem de atualização;</li> <li>- Atualização do <i>site</i> da empresa</li> </ul>	<p>Atendimento ao cliente e disponibilização de dados pessoais em conformidade com a RGPD bem como a obtenção da respetiva autorização para processar os mesmos.</p> <p>Atualização dos contratos de fornecedores, em particular os mais antigos de forma a cumprirem as exigências do RGPD.</p> <p>Acesso restrito e controlado à informação em posse da EEM, quer seja eletrónica ou em formato papel.</p>
R1.6.3 - Acesso indevido a informação privilegiada	(contactos do Encarregado de Proteção de Dados, disponibilização da Política de Privacidade e da Política de Reembolsos requisitadas pela	

## Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

por users internos ou externos	UNICRE, entidade responsável pelos pagamentos de clientes); - Início da implementação do projeto TACTILIS (Proteção digital e física de acessos - Data Center e Arquivos em formato eletrónico e papel).	
--------------------------------	---	--

Adicionalmente a empresa continuou o seu investimento ao nível de medidas de segurança e proteção dos seus sistemas informáticos, planeando e efetivando um conjunto de atualizações de *software* com vista a garantir a segurança perimetral e do posto de trabalho.

Ao nível da gestão dos recursos humanos, destaca-se a implementação do projeto “Folha Única”, que visa a informatização de um conjunto de reportes conforme descrito abaixo:

Riscos identificados	Medida implementada	Expetativas da Gestão
R1.4.4 - Validação e pagamento das horas de trabalho suplementar	- Criação de um modelo informatizado (“Folha Única”) para o reporte de um conjunto de itens relacionados com a atividade dos colaboradores em serviço (i.e.: reporte de <i>time sheets</i> e horas extra, horas de condução, horários em prevenção, ajudas de custo), anteriormente efetuado num conjunto de relatórios individualizados, manuais e em papel. O modelo criado permite a execução de um conjunto de controlos de cruzamento de informação e a consulta e aprovação de toda a informação em sistema. Durante 2018, o projeto foi implementado numa fase de teste nas áreas da empresa (Direção de Serviços de Transporte), estando previsto	Implementação do processo a toda a empresa, permitindo a uniformização do mesmo, ganhos de eficiência e possibilitando mitigar os riscos identificados, através da redução do risco de erro (involuntário e/ou voluntário) associado à execução manual do processo.
R1.4.6 - Processamento de vencimentos e abonos incorrectos ou não autorizados		

Relatório de execução do Plano de Prevenção de  
Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

	para este ano o alargamento a outras áreas.	
--	--	--

Por último importa destacar, que tendo em conta a avaliação realizada em 2017, através da qual a EEM efetuou um diagnóstico ao seu sistema de controlo interno sobre o relato financeiro (SCIRF) e ao ambiente de controlo associado aos sistemas de informação, de forma a efetuar a atualização do conhecimento associado a estes processos que se revelam como cruciais à manutenção de uma cultura de controlo na estrutura da Empresa, a EEM continua o seu trabalho de identificação, desenvolvimento e implementação de planos de ação por forma a mitigar e/ou melhorar os procedimentos atuais.

Assim, em resposta a algumas das recomendações e tendo por base o diagnóstico efetuado ao ambiente de controlo interno, a EEM avaliou 5 componentes que devem estar presentes na sua cultura Empresarial (tendo por base a metodologia descrita no *COSO 2013*), bem como efetuou a desagregação dos mesmos em componentes mensuráveis, tendo avaliado o seu ambiente de controlo. Em resultado do trabalho de diagnóstico realizado ao sistema de controlo interno da EEM, e considerando o *gap* existente entre a posição atual e a posição desejada, a Empresa aprovou a implementação da área de Auditoria Interna.

## 5 Medidas a implementar

No final do exercício de 2018, foi concluído o diagnóstico ao sistema de controlo interno sobre o relato financeiro (SCIRF) no qual foram avaliadas as 5 componentes da cultura de controlos da EEM (tendo por base a metodologia descrita no COSO 2013). Na sequência das conclusões desse diagnóstico, a EEM decidiu dotar a área de Auditoria Interna de novos recursos e ferramentas, para que esta área possa apoiar a Gestão da EEM na implementação de medidas que permitam a monitorização dos riscos a que a Empresa está exposta e a manter o processo iterativo.

A tomada de decisão pela EEM no que respeita à implementação da área de Auditoria Interna prevê várias fases nas quais se incluem a formalização de ideologias que já se encontram enraizadas na cultura empresarial da Empresa e que serão alvo de atualização e avaliação periódica respondendo assim à estratégia delineada, bem como o continuar do trabalho de implementação de medidas no que respeita à revisão de Normativos e Manuais internos a serem posteriormente divulgados e monitorizados de forma a garantir que a mensagem dos mesmos chega aos seus utilizadores e que é efetuada a sua correta disseminação e implementação.

A área de Auditoria Interna terá como função apoiar a gestão na avaliação objetiva e independente das atividades da Empresa e do seu sistema de controlo interno emitindo recomendações que permitam melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas e dos processos internos, sendo objetivo da EEM continuar a apostar na revisão constante dos mesmos, de forma a manter-se uma empresa de referência e com um sistema de controlo interno comparável com as melhores práticas de mercado.

Estão previstas as seguintes fases para a implementação da área de Auditoria Interna:

- Definição do posicionamento e definição da estrutura funcional da área na Empresa;
- Definição de responsabilidades e dos princípios básicos de atuação;
- Criação de Manual de Procedimentos de Auditoria Interna;
- Definição de ferramentas de reporte de controlo interno;
- Definição de modelos de reporte de controlo interno;
- Definição de canais de comunicação de controlo interno.

Adicionalmente, os riscos e controlos identificados, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas irão ser revisitados numa base periódica pela área de Auditoria Interna, de forma a continuar a sua monitorização e garantir que os mesmos não têm um impacto e uma exposição significativa na Empresa. Serão identificados quais os riscos com maior potencial e cujo mérito de implementação seja mais favorável à Empresa, quer numa ótica de esforço, quer numa ótica de prioridade/urgência, permitindo deste modo responder de forma atempada às necessidades imediatas da Empresa.

De referir que a Empresa se encontra numa constante mutação, quer de sistemas que capacitam os utilizadores de ferramentas mais poderosas, quer de pessoas que se desafiam no dia-a-dia e que acrescentam valor à Empresa através das propostas de melhoria aos processos operacionais e consequentes controlos. Desta forma, as medidas

## Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

a implementar incluem sempre uma componente que não é tangível, nem observável no tempo, ocorrendo, contudo, todos os dias na cultura da Empresa e na estratégia que é delineada pela Gestão e por cada um dos colaboradores no desempenho das suas funções.

Apesar de este tipo de medidas não se encontrarem espelhadas neste relatório de execução anual, a constante evolução da Empresa é a evidência clara de que estas medidas são cruciais para a redução dos riscos para um nível aceitável por parte da Empresa.



## 6 Coordenação e aprovação do relatório de execução

Por decisão do Conselho de Administração da EEM, a coordenação e elaboração dos relatórios de execução periódicos foi atribuída à Direção de Trabalho e Serviços Jurídicos da EEM, uma vez que esta direção demonstra as maiores competências, quer na interpretação dos temas regulatórios e legais, quer no apoio e acompanhamento dos temas versados neste relatório.

Esta direção tem ainda como missão o apoio e aconselhamento do Conselho de Administração da EEM, sobre todas as matérias relativas à gestão transversal de riscos corporativos, regulatórios e legais, assegurando um acompanhamento e supervisão constante destas matérias na EEM.

Não obstante, este relatório e o acompanhamento dos temas são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração da EEM.



## 7 Conclusões

A EEM efetua numa base contínua, melhorias aos seus sistemas, sendo que essa aposta manter-se-á muito presente na estratégia da Empresa, de forma a acompanhar os desafios regulatórios e legais a que está sujeita.

Do trabalho realizado através de um diagnóstico ao sistema de controlo interno da EEM, resultaram um conjunto de *gap* (entre a posição atual e a posição desejada), para os quais a Empresa tenciona realizar um conjunto de medidas, nomeadamente no que respeita à revisão de Normativos e Manuais internos que se encontram desatualizados face à conjuntura económica e à evolução que a EEM tem tido nos últimos anos. Estes documentos serão posteriormente divulgados e monitorizados de forma a garantir que a respetiva mensagem chega aos utilizadores e que é efetuada uma correta implementação dos mesmos.

Atendendo à constante evolução da legislação, do tecido empresarial, da globalização e das tecnologias, a EEM tem ainda a intenção de continuar a apostar na formação contínua dos seus colaboradores (baseada sobretudo em formação *on-job*), de forma a ultrapassar os desafios que surgem na indústria e a continuar o seu trabalho procura pelo aumento de eficiência.